



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato: 3221 6161

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

20/04/2012



Veículo:	Notícias do Dia	
Editoria:	Cidade	Data: 20/4/2012
Assunto:	Greve deve ter adesão menor	Pág: 4

Greve deve ter adesão menor

Magistério. Escolas do Estado seguem as diretrizes do governo para encarar a greve

FLORIANÓPOLIS — Os diretores das escolas Estaduais da Grande Florianópolis precisarão administrar a greve, decidida pelo Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), a partir da próxima segunda-feira. Alguns já estão reorganizando os horários das aulas para garantir o estudo, mas a maioria segue com o calendário normal e aguarda orientações da Secretaria de Estado da Educação. Muitos professores ainda estão indecisos sobre a greve.

No Instituto Estadual de Educação (IEE), os estudantes provavelmente terão que adiantar conteúdo com os professores presentes. A intenção é preencher os horários que ficariam vagos para que não haja tempo ocioso. Segundo o diretor Vendelin Santo Borguezon, dos 250 professores, é certo que pelo menos 80 vão trabalhar normalmente. Da 1ª à 5ª série, nenhum professor vai parar. Os outros não decidiram. “Vamos remanejar para que os efeitos da greve sejam minimizados. Garantiremos os direitos dos alunos e de quem quer dar aula”, assegurou Borguezon.

Para o diretor da Escola de Educação Básica Simão José Hess, na Trindade, Nazareno José Manoel Martins, o planejamento vai ser construído ao longo da semana. Até agora, quatro professores confirmaram greve na escola que atende 1.200 alunos. “Os alunos devem vir normalmente. Se até dez professores aderirem à greve dá para equilibrar. Neste ano, diferente de 2011, os professores estão desanimados”, afirmou Martins.

Os alunos da Escola de Educação Básica Muquem, no Rio Vermelho, na Capital, podem ficar tranquilos, pois, segundo a diretora Patrícia Brognoli e Silva, só uma professora irá parar. A escola atende 620 estudantes e conta com 24 educadores. “A professora escreverá um comunicado aos pais explicando seus motivos. Nós deixamos livre. Acredito que não teremos problemas”, disse.

“Greve de sindicato” Sinte espera negociar

O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, informou que hoje haverá uma videoconferência com os diretores das escolas para tirar dúvidas e saber como está a situação de cada região. Deschamps afirmou, novamente, que enquanto houver greve não há negociação. O governo trabalha acreditando que a adesão dos professores será pequena. Ele garantiu que irá manter o funcionamento das escolas.

“Com a categoria parada, não é produtivo, a greve se estende. Nós já estávamos negociando e eles interromperam esse processo. A única leitura que eu posso ter dessa greve é que há uma motivação eleitoral, vejo uma greve de sindicato e não de categoria”, afirmou Deschamps.

O impasse entre sindicato e governo se mantém. A vice-coordenadora estadual do Sinte-SC, Janete Jane da Silva, informou que o sindicato notificou o governo sobre a greve e a rejeição da proposta do Estado. “Não tem volta, mas até lá estamos abertos para negociação. Quem disse que não vai negociar foi o governo. Só não podemos obrigá-los a nos receber”, afirmou.

Na segunda-feira, haverá assembleia nas 30 regionais do sindicato para discutir a situação. Cada região irá escolher um representante e um suplente. Na quarta-feira, os representantes irão participar da primeira reunião do comando de greve, em Florianópolis. A intenção é reunir o que foi discutido nas assembleias e estimar a quantidade de grevistas.

Palhoça e São José prometem manter as aulas

A Escola Irmã Maria Teresa, no bairro Ponte do Imaruim, em Palhoça, com 65 professores, atende 1.500 alunos. Cerca de 50%, dos 65 professores devem parar. De acordo com a assessora da direção, Luciana Adada dos Santos, a escola aguarda reunião com a Secretaria de Educação para saber como proceder.

A situação em São José é uma incógnita para o diretor Francisco Marchi, da Escola de Educação Básica Francisco Tolentino. A única garantia é que os 570 alunos terão aula na terça-feira para finalizar o período de provas. Na segunda, os professores fazem avaliação da greve em assembleia regional.



Veículo:	Notícias do Dia	
Editoria:	Paulo Alceu	Data: 20/4/2012
Assunto:	Oposição versus situação	Pág: 2

Oposição versus situação

Agora foi a vez dos nove deputados, que integram a bancada de oposição, por meio de nota oficial, reconhecerem a legitimidade do movimento de greve do magistério repudiando qualquer ameaça ao direito dos trabalhadores. Uma resposta à nota da bancada governista, composta por 31 parlamentares, considerando a greve do magistério injusta e precipitada, mas defendendo a negociação desde que os professores permaneçam em sala de aula. A situação afirmando que o governo em 2011 dobrou o valor do piso salarial aos professores, enquanto a oposição declarou que não foi cumprido o acordo no ano passado de implementar o piso à carreira do magistério. Houve contestação por parte dos governistas, garantindo que o piso nacional foi cumprido integralmente ao contrário de outros

Estados. Referindo-se, nas entrelinhas, ao Rio Grande do Sul governado pelo PT. A oposição destacou que defende um ensino de qualidade valorizando o professor e que a educação seja uma estratégia de governo e não uma retórica, criticando a administração Colombo. Expôs também que o papel do Legislativo é mediar conflitos e ajudar a solucioná-los e não ser uma extensão do Executivo. Os governistas expressaram a importância na melhoria da educação, se colocando à disposição, mas desde que seja um processo baseado no bom senso e em sintonia com a sociedade catarinense. Cada qual no seu quadrado, como diz o ditado. Respeitando a posição de cada um o importante agora é preservar o aluno e garantir seu direito de frequentar as salas de aula.



Veículo:	Notícias do Dia	
Editoria:	Roberto Azevedo	Data: 20/4/2012
Assunto:	A guerra de versões do piso	Pág: 8

A guerra de versões do piso

O expediente de emitir notas oficiais é a mais nova arma que tem origem no parlamento catarinense para deputados governistas e da oposição divergirem sobre a anunciada greve dos professores públicos estaduais. Na quarta-feira à noite, 30 dos 31 deputados governistas assinaram um comunicado em que afirmavam que não agiriam como mediadores entre o Sinte e o Centro Administrativo, como ocorreu no movimento, que durou 62 dias, no ano passado.

O motivo: os deputados da base de Raimundo Colombo consideram a paralisação “inoportuna e equivocada” diante da atual situação financeira do Estado, piorada, de acordo com eles, com a perspectiva de perda de recursos do ICMS com a inevitável aprovação da Resolução 72. Nos bastidores, alertam para uma

paralisação de cunho político.

Ontem, foi a vez dos nove deputados de oposição reagirem em nome da defesa da legitimidade do movimento encampado pelo Sinte. Alegam que não agir na negociação fere a autonomia do Legislativo em relação ao Executivo, pois advertem que os deputados têm o “papel de mediar conflitos e ajudar a solucioná-los”.

No centro de toda a questão há uma guerra de versões sobre o pagamento ou não do piso. Os governistas afirmam que o estado cumpre a lei integralmente, os oposicionistas sustentam que não. É uma extensão do que ocorre na frente de negociação.

O Sinte diz que o governo não cumpre a lei do piso nacional do magistério, porque não repassa o reajuste de 22%, dado ao menor salário-base, aos demais níveis da carreira. Com isso, a diferença salarial

dos professores com diferentes níveis de formação – de nível médio ao doutorado – vai ficando menor, o que não estimularia os profissionais a buscarem qualificação. O secretário da Educação, Eduardo Deschamps, explica que a lei é cumprida, já que nenhum professor estadual ganha hoje menos que R\$ 1.451 como salário base, pois a lei não prevê o reajuste salarial para toda a categoria, como cobrado pelo sindicato.

Argumenta que a eventual greve atrapalha a sequência de negociações contidas na revitalização da carreira do magistério, inclusive a busca de novos recursos em Brasília. Com a falta de entendimento, a sociedade antevê o prejuízo aos alunos e fica com a sensação que o componente político partidário e ideológico está mais forte do que nunca em meio a todo este debate.

Previsão

O secretário Eduardo Deschamps afirmou que o governo negociou de forma exaustiva desde fevereiro e fez tudo o que podia.

Nas contas do governo, em um ano os professores com menor salário tiveram ganho real de mais de 100%, e em dois anos, todo o magistério terá o salário dobrado de valor.